

■ Universidade e cidadania: o movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares

Alexandre do Nascimento

É no nível das massas, as únicas que podem realizar uma nova sociedade, que é preciso examinar o nascimento de novas motivações e de novas atitudes capazes de levar à realização do projeto revolucionário.

Cornelius Castoriadis

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único.

Milton Santos

A democratização das relações sociais no Brasil é um processo historicamente relacionado à capacidade de luta e de organização da sociedade. Diante da diversidade de problemas e das questões que se apresentam como desafios para a construção de uma sociedade mais justa, e diante da negação de direitos e oportunidades para parcelas significativas da população brasileira (o que acontece desde a colonização e atinge preferencialmente alguns grupos sociais, como os negros e índios), organizaram-se e continuam organizando-se vários movimentos sociais.

Nesse processo histórico de construção, ainda inconclusa, a luta para que as classes populares e os grupos sociais marginalizados tenham de fato o direito à educação formal não é uma novidade no Brasil. Ao longo da nossa história, sobretudo a partir do século XX, vários movimentos sociais se organizaram para lutar pelo direito à escolarização. Esse é o caso dos cursos pré-vestibulares organizados para preparar estudantes oriundos de classes populares e grupos sociais marginalizados para os vestibulares.

Esses cursos pré-vestibulares, que aqui denominamos de *Cursos Pré-Vestibulares Populares*, são iniciativas educacionais de entidades diversas, de trabalhadores em educação e de grupos comunitários, destinados a uma parcela da população que é colocada em situação de desvantagem pela situação de pobreza que lhe é imposta.

Um dado importante é que, na maioria dos cursos pré-vestibulares populares, há preocupações que extrapolam a preparação para o vestibular. Trata-se de preocupações políticas, que se explicitam nos discursos dos seus participantes, nas propostas e nas práticas dos cursos, que vão desde atividades desenvolvidas em sala de aula visando a construção de uma nova consciência em seus educandos (consciência racial, de gênero, de classe, dos problemas sociais, etc.), passando por seminários, fóruns de discussões, assembleias, negociação de isenções e bolsas com universidades, ações judiciais, formulação de propostas para facilitar o acesso e a permanência de estudantes das classes populares no ensino superior e democratizar a educação e o acesso ao conhecimento. Destacam-se nesse contexto os cursos pré-vestibulares populares que trabalham os temas do racismo, do preconceito e da discriminação racial, os chamados *cursos pré-vestibulares para negros e carentes*. Nos discursos e nas práticas de grande parte dos coordenadores, educadores e educandos desses cursos a questão racial aparece como uma das principais questões a ser enfrentada pela sociedade, pois, historicamente, vem produzindo desigualdades e pobreza no Brasil. O Instituto Steve Biko de Salvador-BA (criado em 1992), o Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), do Rio de Janeiro (criado em 1993); e o Projeto Educação para Afrodescendentes (EDUCAFRO), de São Paulo (criado em 1997, por um grupo ligado à Igreja Católica que atuava no PVNC) são três importantes organizações de cursos pré-vestibulares populares que trabalham com ênfase na questão racial, não apenas na denúncia, mas com práticas e propostas que, além do vestibular, têm como objetivos a conscientização sobre o que significa o racismo, o preconceito e a discriminação na sociedade, a construção de identidade racial através de trabalhos que enfatizam a cultura negra e a elevação da auto-estima, a construção de propostas de *ação afirmativa* para a promoção de igualdade de oportunidades, tratamento e reconhecimento cultural.

Podemos dizer que as preocupações e práticas além do ensino para o vestibular indicam a compreensão de que as desigualdades sociais e raciais na educação, em geral, e no ensino superior, em particular, são mais que falta de preparo para o vestibular. De fato, na história brasileira as desigualdades têm no processo de formação da sociedade e na discriminação importantes elementos elucidativos. E, apesar das dificuldades da época presente, o trabalho desses cursos pré-vestibulares indica, também, a insistência dos setores populares da sociedade em acreditar que há razões para prosseguir lutando por cidadania, por igualdade racial e social, pelo respeito à diferença e à diversidade, por uma outra sociedade e pela vida.

Em outro trabalho, denominamos de populares,

“os grupos sociais que vivem em condições impostas de exploração, dominação, discriminação, esmagamento de identidade e negação de direitos fundamentais, como o direito ao trabalho, terra, moradia, remuneração digna, cuidados com saúde, acesso à educação formal, reconhecimento cultural e participação política, com destaque para a população negra, que entre outros problemas ainda enfrenta o que nos parece um fator decisivo de bloqueio à sua participação na sociedade: o racismo e a discriminação racial” (NASCIMENTO, 1999)¹.

Mas, apesar das dificuldades que são impostas, é no seio das classes e grupos populares que surgem formas criativas de luta, de participação política e atitudes coletivas capazes de levar à construção de um outro projeto de sociedade. Formas de enfrentamento de problemas que nos permite visualizar o novo, como a criação de cursos pré-vestibulares. Essa é uma outra característica do que denominamos de *setores populares*. Por isso, denominamos esses cursos de *Cursos Pré-Vestibulares Populares*.

Esse tipo de luta popular aparece ainda durante o período de ditadura militar. Algumas experiências se constituíram nos anos 70 e 80. Mas é na década de 90 que o trabalho popular de preparação para o vestibular, numa perspectiva transformadora, emancipatória e instituinte ganhou força e se popularizou.

¹ NASCIMENTO, Alexandre do. *Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1999.

Utilizando-se do ensino dos conteúdos exigidos nos Vestibulares, os Cursos Pré-Vestibulares Populares conseguem mobilizar um grande número de estudantes atraídos pela possibilidade de ingresso no ensino superior, especialmente nas universidades públicas, onde vestibulares são verdadeiras barreiras ao ingresso de estudantes de classes populares. Além disso, a dinâmica interna das universidades pública, concebida para estudantes pertencentes a classes e grupos privilegiados, dificulta muito a permanência dos estudantes de classes populares: são horários, currículos, materiais, metodologias e professores que tornam quase impossível a permanência desses estudantes.

Além do ensino para o vestibular, as práticas dos Cursos Pré-Vestibulares Populares apresentam elementos interessantes. Um deles é o desenvolvimento de atividades de fortalecimento de auto-estima, de construção de identidade e de formação política. Fala-se muito em conscientização, reflexão crítica sobre a realidade, cultura popular, etc. Ou seja, os Cursos Pré-vestibulares operam também como fontes de informações gerais, de aquisição conhecimentos políticos, históricos e culturais, como lugar de novas formas de sociabilidade.

Outro elemento interessante é a possibilidade de articulação de grupos comunitários, educadores e educandos na defesa da educação pública, na discussão dos problemas locais e globais, na construção de propostas, na pressão sobre partidos políticos e governos, tendo em vista a democratização da educação em todos os seus aspectos: ampliação de oportunidades, políticas de inclusão, financiamento, currículo e pedagogia. Entram em cena neste processo não somente questões políticas e econômicas, mas também questões raciais e culturais.

Histórico dos Cursos Pré-Vestibulares Populares no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a construção de cursos pré-vestibulares comunitários não é um fato novo. Temos, por exemplo, registro de um curso pré-vestibular para negros e negras, organizado pelo Centro de Estudos Brasil África, em 1976.

Entretanto, neste trabalho estamos considerando as experiências que foram referências para a popularização da proposta de curso pré-vestibular popular na década de 1990.

Em 1986, Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ASUFRJ (atual Sindicato dos Trabalhadores em educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - SINTUFRJ) cria o projeto *Universidade para Trabalhadores* e, dentro desse projeto, surge um curso pré-vestibular.

“A fim de alargar o campo de atuação do movimento, integrando-o à discussão dos rumos da universidade, da educação e da cultura, o projeto Universidade para os Trabalhadores propõe-se a contribuir para a formação educacional e cultural dos funcionários da URFJ e seus dependentes, dos trabalhadores sindicalizados e de moradores das comunidades populares, através de três sub-projetos: a) Curso Pré-Vestibular; b) Curso de Alfabetização e Supletivo 1º e 2º Graus; c) Curso de Formação Sindical e Cultural”². (SINTUFRJ, 1996)

Para atender aos objetivos do projeto *Universidade para os Trabalhadores*, o Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ incorporou em seus conteúdos, estudos básicos sobre política, economia e sociedade, na perspectiva de contribuir para o melhor e mais crítico entendimento da realidade social.

“Desde seu início, o Pré-Vestibular vem se mostrando uma experiência repleta de desafios pedagógicos e políticos, que se refletem na tentativa de construir, em um ano, uma prática pedagógica que desenvolva uma consciência crítica e, ao mesmo tempo, prepare os alunos para os exames vestibulares(...) No plano político, abrimos um espaço de debate e reflexão da prática social dos alunos-trabalhadores, que busca contribuir para a formação de uma consciência de classe fundamental na vida social e na futura trajetória universitária dos nossos alunos (...) A ação política também vem se materializando em nosso fazer pedagógico, através do domínio crítico dos conteúdos transmitidos e da relação professor aluno. Objetivamos que o aluno ocupe o papel de sujeito(...)”³. (SINTUFRJ, 1989)

Em 1992, é criada a Associação Mangueira Vestibulares para atender aos estudantes da Comunidade do Morro da Mangueira, no município do Rio de

² SINTUFRJ. Universidade para trabalhadores: Pré-Vestibular SINTUFRJ. Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

³ SINTUFRJ. Universidade para trabalhadores: Pré-Vestibular SINTUFRJ. Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

Janeiro. O Mangureira Vestibulares também apresenta preocupação com desenvolvimento de uma espécie de *pedagogia emancipatória*, por considerar os cursos tradicionais como meros treinamentos.

Dado o seu caráter comunitário, a Associação Mangureira Vestibulares tem uma atuação política diferente do Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ, que tem uma preocupação claramente classista.

Também em 1992, é fundado na Bahia um curso pré-vestibular para preparar estudantes negros para os exames vestibulares. Esse curso denominou-se Cooperativa Steve Biko, em homenagem ao líder Sul Africano, morto pelo apartheid. Esse curso se apresenta como uma forma de combate ao racismo e como afirmação de identidade. Mesmo não sendo uma experiência surgida no Rio de Janeiro, a Cooperativa Educacional Steve Biko teve grande influência, foi uma importante referência para o surgimento de outros cursos populares.

Em 1993, surge o Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes na Baixada Fluminense. Esse curso foi o ponto de partida para o que mais tarde transformou-se no Movimento de Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC). O PVNC inaugurou uma nova fase no trabalho popular de preparação de estudantes para o vestibular, trazendo em sua luta o debate sobre a questão da discriminação racial como uma questão social de grande relevância, pois está relacionada à produção da pobreza, da exclusão social e é um dos principais elementos para a serem considerados para o entendimento dos motivos da baixa quantidade de estudantes negros nas universidades brasileira, especialmente nas universidades públicas.

O PVNC publicizou suas propostas, o que incentivou ex-alunos, entidades e grupos diversos a criarem novos cursos para negros e carentes. Essa estratégia contribuiu bastante para que o PVNC se tornasse a experiência mais expressiva de Pré-Vestibular Popular, o que motivou a criação de outros cursos populares no Rio de Janeiro e até mesmo em outros Estados. Hoje, são mais de 150 cursos no Rio de Janeiro e mais de 500 cursos no Brasil.

O Movimento Pré-Vestibular Para Negros e Carentes - PVNC

O Movimento de Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC) surgiu na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro, por iniciativa

de um grupo de educadores incomodados e descontentes com as dificuldades de acesso ao ensino superior, principalmente dos estudantes de grupos populares e discriminados. Visando ainda a articulação de setores excluídos, o PVNC também se propõe desenvolver uma luta ampla pela democratização educação e contra a discriminação racial.

A Igreja Católica teve um importante papel pra a criação do PVNC. A proposta de criação do nasceu na Igreja Católica, a partir das reflexões sobre a educação e o negro, realizadas entre 1989 e 1992, na Pastoral do Negro de São Paulo.

O primeiro resultado concreto desse debate foi a concessão de 200 bolsas de estudos pela PUC-SP. Essas bolsas foram destinadas para estudantes participantes do movimento negro. Também nesse período (1992), surgiu na Bahia a *Cooperativa Steve Biko*, com objetivo de apoiar e articular a juventude negra da periferia de Salvador, colaborando para a entrada de jovens na Universidade.

As 200 bolsas de estudos concedidas pela PUC-SP fizeram surgir, no Rio de Janeiro, a idéia de organizar um curso para estudantes negros. No final de 1992, iniciaram-se, na Igreja da Matriz do Município de São João de Meriti as discussões e articulações para a organização de um curso na Baixada Fluminense e capacitar estudantes para o vestibular da PUC-SP e das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro. Foram, também, importantes referências outras duas experiências populares de ensino pré-vestibular: o curso pré-vestibular da Associação dos Funcionários da UFRJ e o Curso Mangueira Vestibulares.

A proposta se sustentava em duas constatações: em primeiro lugar, a péssima qualidade do ensino médio na Baixada Fluminense, que praticamente elimina as possibilidades de acesso do estudante da região - que é constituída em sua maioria por uma população economicamente desfavorecida e negra - ao ensino superior. Em segundo lugar, o baixo percentual de estudantes negros nas universidades (menos de 5% dos estudantes).

O grupo que iniciou a articulação para a formação do curso era composto por professores de ensino médio e militantes dos grupos católicos de Agentes de Pastoral Negros (APN) e do Grupo de Reflexão sobre Negros e Indígenas (GRENI). Esse grupo iniciou os contatos com outros professores, buscou escolas que pudessem ceder uma sala para a realização das aulas, bem como

realizaram o trabalho de divulgação e reuniões com os primeiros alunos interessados. A partir desses contatos, o grupo foi se ampliando, a idéia começou a se materializar e, em junho de 1993, iniciaram-se as aulas do curso. A esse curso foi dado o nome de *Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes*.

A partir de 1994, com o sucesso e repercussão do trabalho realizado em 1993 - que obteve 34% de aprovados para a UERJ, UFRJ, UFF e PUC-RJ - outros grupos (entidades populares, entidades do movimento negro, igrejas, educadores e ex-alunos) organizaram novos núcleos do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

“(...) 1994 foi um ano fundamental para o PVNC. Foi um ano de crescimento, de adesão de novos grupos, de novos núcleos, de muitas articulações, debates, conflitos e criação de novos espaços de debates e deliberações coletivas: a Assembléia Geral, as equipes de reflexão racial e pedagógica, o Jornal, as aulas de Cultura e Cidadania. Em 1993 foi lançado a semente, mas 1994 o ano de constituição do PVNC”⁴ (...) (PVNC, 1998)

No final de 1994, o PVNC contava com mais de 20 núcleos. Desde então, vários núcleos foram criados. Em 1995, foi criado o Conselho Geral, que se reúne mensalmente com o objetivo de articular os cursos em torno de objetivos comuns. Muitos dos mais dos 150 cursos existentes hoje no estado do Rio de Janeiro foram criados a partir do trabalho do PVNC. Desses cursos, 40 fazem parte do Conselho Geral do PVNC, que é a instância coletiva que organiza o movimento.

No contexto histórico dos cursos pré-vestibulares populares, o Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) tem um papel fundamental. O PVNC é, atualmente, um grupo de 40 cursos e foi a experiência que fez surgir outros cursos no Rio de Janeiro e no Brasil. Foi o primeiro a organizar-se como uma rede, a buscar parcerias, a negociar isenções de taxas de inscrição e bolsas de estudos com universidades públicas e privadas, a mover ações judiciais contra universidades para garantir o direito de fazer a prova do vestibular para os estudantes mais pobres, a utilizar a mídia para divulgar amplamente o seu projeto, a divulgar sua experiência em eventos políticos e acadêmicos, a aparecer em documentos governamentais. Foi a partir do PVNC que surgiu a maioria dos cursos pré-vestibulares populares hoje existentes.

⁴ PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES. Carta de Princípios. Rio de Janeiro: Mimeo, 1998.

Esse trabalho de ir além do preparo para os vestibulares, apesar das dificuldades da época presente, é um importante indicativo de que, na sociedade, há movimento autônomo, há potencial instituinte e há razões para lutar por cidadania, por universalização de direitos, por justiça, por igualdade, pelo respeito à diferença, pela vida e por uma outra organização societária.

Princípios, Objetivos, Organização e Perspectivas Políticas do PVNC

Diz a Carta de Princípios do PVNC, em seu início:

Esta CARTA DE PRINCÍPIOS tem por finalidade sistematizar as várias decisões tomadas pelo coletivo do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), em reuniões da Assembléia Geral e do Conselho Geral. Visa, principalmente, estabelecer os princípios e os objetivos a partir dos quais e pelos quais o PVNC está organizado (...) Por PRINCÍPIOS entendemos idéias, formulações, conceitos, convicções, opções políticas e regras que devem presidir o trabalho e as práticas do PVNC, bem como presidir as relações que se estabelecem entre os núcleos e com outras instituições sociais⁵. (PVNC, 1998)

Com essa definição introdutória, inicia-se a Carta de Princípios do PVNC. Em 1998, a discussão mais importante no interior do PVNC foi a construção da Carta de Princípios, que além de um processo de sistematização das deliberações, revisão de pontos já deliberados, discussão e aprovação de novas regras, definição de princípios e objetivos, é uma tentativa significar e construir uma identidade autônoma para o Movimento.

Na Carta de Princípios, são proclamadas como princípios a **democracia**, enfatizando que esta deve ser também uma democracia racial; a **ação afirmativa** como política cultural de identidade, ação política da sociedade e não somente políticas públicas destinadas a determinados grupos sociais; a educação como um dos canais de inclusão social, pertencimento à cidadania e de alargamento de

⁵ PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES. Carta de Princípios. Rio de Janeiro: Mimeo, 1998.

oportunidades para a população negra, pobre e discriminada, com o importante papel para a superação do racismo e da discriminação sócio-cultural, sendo portanto indispensável à construção de uma sociedade democrática; e, a **opção política** pela universidade e escolas públicas, gratuitas e de qualidade.

A Carta de Princípios diz ainda que, a partir dos princípios fundamentais, são objetivos do PVNC:

- criar condições para que os estudantes discriminados, por raça, etnia, sexo ou situação sócio-econômica, concorram nos Vestibulares das Universidades Públicas, em condições concretas de aprovação e inclusão no ensino superior;

- realizar um trabalho de formação política, desenvolvendo atividades que contribuam para compreensão histórico-crítica da sociedade, das relações raciais, das contradições e conflitos da realidade social;

- servir de espaço público de elaboração de propostas e discussão política sobre justiça, democracia e educação;

- lutar contra o qualquer tipo de discriminação, na sociedade e na educação; e,

- lutar pela democratização da educação, através da defesa de um modelo de escola pública, gratuita, popular, laica, pluriétnica e multicultural e de qualidade.

A Carta de Princípios do PVNC estabelece diretrizes e metas sobre as quais os núcleos devem atuar e, principalmente, desenvolver suas aulas e atividades pedagógicas.

Organização e Práticas

A grande maioria dos Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes funcionam nos fins de semana. Os professores e coordenadores não são remunerados.

O currículo do curso é composto pelas disciplinas e conteúdos exigidas no vestibular (matemática, física, química, biologia, história, geografia, literatura, redação, língua portuguesa, língua estrangeira).

Além dos conteúdos do vestibular, o curso conta com uma disciplina chamada de “*Cultura e Cidadania*”, que é um momento para

“desenvolver com alunos e professores, debates sobre questões como: Racismo, Discriminação, Preconceito, Cultura, Ideologia, Cidadania, Democracia, Políticas Públicas, Questões da Mulher, Violência Policial, Direitos Constitucionais, Cívicos e Trabalhistas, Movimentos Sociais, Conjuntura Política e Econômica, Neoliberalismo, Globalização etc, tendo a mesma carga horária semanal das outras disciplinas. Sua construção pedagógica é diferente das demais disciplinas, pois é aberta para que o conjunto construa uma visão de si e dos outros (sociedade), numa dinâmica que engloba palestras, debates, análises de Filmes, Músicas e Textos, peças teatrais, dinâmicas de grupos etc...O objetivo da matéria CULTURA E CIDADANIA é realizar um amplo debate social-histórico, no sentido de potencializar as ações político-culturais dos educandos e educadores do PVNC, a partir/para valores humanitários e socialistas (solidariedade, igualdade e respeito aos seres humanos) e na perspectiva de desenvolver um trabalho de conscientização e formação de militância para as lutas populares por democracia e justiça social”⁶. (PVNC, 1998)

De forma geral, o PVNC tem a seguinte estrutura: 1) a **Assembléia Geral**, onde participam todos os membros de todos os núcleos com direito a voz e voto, e onde são debatidos os princípios, as regras e os rumos do movimento; 2) O **Conselho Geral**, composto por dois membros de cada núcleo com direito a voz e voto, que representa, organiza e coordena o movimento, aprofunda o debate e executa as deliberações e propostas aprovadas em Assembléias. No interior do Conselho Geral foram instituídos grupos de trabalho para funções específicas: finanças, organização, articulações regionais, comunicação, jurídico, relações institucionais. Além desses grupos de trabalho, o PVNC ainda possui o chamado Grupo de Estudos, que é um grupo aberto cuja função é produzir análises, propor e organizar os seminários e atividades de formação e conscientização sobre a educação e as questões raciais.

As práticas do PVNC se resumem, além das aulas, em reuniões do conselho geral, reuniões da Assembléia Geral, reuniões de comissões, seminários,

⁶ PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES. Carta de Princípios. Rio de Janeiro: Mimeo, 1998.

negociação com universidades públicas na perspectiva de discutir formas mais democráticas de acesso e permanência, as ações judiciais e as parcerias com outros cursos populares e movimentos sociais. Ainda não se tornou prática do movimento as mobilizações e reivindicações de massa.

Muitas dessas práticas ainda são iniciativas isoladas de pessoas ou grupos que dão importância às questões mais gerais e à luta mais ampla, ainda que elas apresentem-se como práticas do movimento, como as negociações com universidades e ações judiciais.

Contudo, as ações judiciais contra as universidades públicas para garantir isenção de taxa de inscrição no vestibular, impetradas a partir de 1997 por alguns coordenadores do PVNC, mesmo que isoladamente, foram importantes para garantir isenções de taxas de vestibular, não só para seus alunos, mas para todos os estudantes solicitantes de isenções.

O PVNC é um movimento em permanente construção. Na sua trajetória há avanços e retrocessos, há momentos de grande articulação e momentos de desarticulação. Há, ainda, uma questão ainda pouco discutida: a questão do projeto político. Para alguns de seus participantes, o PVNC é visto como um projeto (da igreja católica, do movimento negro, etc.); para outros o PVNC é um movimento social sem um projeto global; e, há aqueles que visualizam o PVNC apenas como um pré-vestibular, resumindo seu papel apenas na preparação para o vestibular.

Reflexões Finais: Desafios políticos para Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares

De fato, através do trabalho de preparação para o vestibular os Cursos Pré-Vestibulares Populares, reúne-se um número expressivo de pessoas na luta pela democratização do acesso ao ensino superior e contra o racismo e a discriminação. Para nós, isso caracteriza um movimento social, mesmo que ainda não tenham conseguido construir uma identidade autônoma e um projeto global de sociedade. Por isso, concordamos com a visão que o caracteriza como um movimento social ainda sem projeto, não só por ser a visão que analisa os Cursos Pré-Vestibulares Populares como um movimento, mas por constatar a necessidade de construção de um projeto político.

Os desafios que o Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes no Rio de Janeiro – e isso pode valer para os Cursos Pré-Vestibulares Populares de um modo geral – assumiu para enfrentar, no sentido de constituir-se como um movimento social expressivo e autônomo, são de duas ordens.

O primeiro desafio diz respeito ao que nos parece uma necessidade do movimento: a organização, construção de identidade e sentido. O coletivo é o sujeito dessa construção. A partir dos sentimentos, dos conhecimentos, da imaginação, do esforço de construir uma prática política coletiva, autônoma e produtora de autonomia, pode-se definir o papel dos seus fóruns e instâncias, considerando a importância de constituir espaços de deliberações coletivas, espaços de estudos e aprofundamento teórico, espaços de formulações de estratégias e discussões sobre políticas públicas. Como nos ensina o professor Milton Santos, “*gente junta cria cultura*”, ou seja, cria valores, cria processos, cria políticas, cria sentidos, cria projetos.

Outro grande desafio está na instauração de um processo de construção de um projeto político - seus valores, seus objetivos, suas propostas políticas, culturais e pedagógicas. Um projeto, como elaboração coletiva, autônoma e permanente, que se alimenta do exame da realidade social, dos conhecimentos, das reflexões e propostas, da capacidade de resistência, criação e expressão instituinte do próprio sujeito coletivo, é um desafio para movimentos sociais que buscam a democratização das instituições e das relações sociais. A expressão da intencionalidade política é importante para organizar as propostas, as práticas e os processos de construção de identidade. Raça, gênero, território e classe social são conceitos que podem ser articuladas nessa construção, pois são as culturas tornadas marginais e os sujeitos os historicamente explorados, discriminados e excluídos que constituem a multidão, o ponto de partida, a potência instituinte das transformações que precisam ser operadas na sociedade.

Esse processo começou a se concretizar com o primeiro encontro de pré-vestibulares populares, que se realizou em maio de 2000, em Florianópolis, Santa Catarina, e reuniu coordenadores, educadores e educandos de cursos dos estados do Sul e Sudeste. A principal deliberação desse encontro foi a realização de outro encontro de maior amplitude, que foi no Rio de Janeiro (2002) e cujo principal objetivo foi a constituição de uma rede nacional de pré-vestibulares populares.

Nos seus diversos fóruns de reflexões e deliberações coletivas, o coletivo que compõe o PVNC tem feito esforços para construir propostas e formas de luta pela ampliação das oportunidades educacionais para estudantes de classes populares (defendendo a ampliação da educação pública de qualidade e, para a diminuição das desigualdades de oportunidades, defendendo as chamadas políticas de ação afirmativa).

Há um processo de privatização em curso, que acontece prioritariamente no nível superior: há uma expansão de instituições privadas de graduação; a prioridade que tem sido colocada para este nível é o mero ensino e não a produção de conhecimento; e, o que é pior, a privatização do ensino superior constitui-se como mecanismo de seleção por origem de classe e de raça. Nesse processo, o neoliberalismo brasileiro conta com dois importantes sujeitos políticos: a Igreja Católica e os empresários de serviços educacionais.

Esse é um importante ponto de reflexão, pois no conjunto dos próprios cursos pré-vestibulares populares há práticas que são relevantes do ponto de vista imediato, mas que podem servir ao processo de privatização, na medida em que são práticas que interessam economicamente às instituições privadas e alimentam o discurso de que é possível que as classes populares tenham acesso ao ensino superior através de bolsas de estudo nas instituições privadas. Coincidentemente ou não, essa busca de bolsas de estudo em instituições privadas é muito utilizada pelos Cursos Pré-Vestibulares Populares ligados à Igreja Católica.

As universidades públicas não estão isentas de críticas. Nelas também há concepções elitistas e práticas discriminatórias que servem à privatização: o preconceito em relação aos estudantes oriundos de classes populares e grupos sociais discriminados, a resistência em discutir políticas diferenciadas de ação afirmativa, a defesa do mérito acadêmico como critério de seleção, a predominância do discurso que coloca o racismo como uma questão subordinada a relações de classe.

Além disso, o PVNC tem feito um esforço para fazer-se presente nas diversas atividades e movimentos do chamado campo democrático e popular da sociedade organizada, tais como os fóruns do Movimento Negro (estivemos presentes nas reuniões que produziram propostas para a participação brasileira na Conferência Mundial de Combate ao Racismo), os Congressos Nacionais de

Educação (CONED), o Fórum Social Mundial, a Campanha Nacional pela Educação Pública. O PVNC também está empenhado na construção de um movimento organizado de pré-vestibulares populares que seja expressivo e influente no que diz respeito à constituição de políticas que ampliem a esfera pública, a democracia, a socialização da riqueza, do conhecimento e do poder político.

O movimento dos cursos pré-vestibulares populares é um campo de muita diversidade, em que convivem grupos que fazem um discurso radical em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e outros que atuam na obtenção de resultados imediatos, muitas vezes fortalecendo o discurso privatista na medida em que suas práticas possibilitam dizer que as instituições privadas podem garantir o acesso de estudantes de classes populares.

Com a tarefa de preparar para o vestibular e tentar facilitar o acesso dos nossos estudantes à universidade, os Cursos Pré-Vestibulares Populares mostram que é possível e desejável a reflexão permanente e coletiva no sentido de elucidar os mecanismos de dominação e exclusão, as relações assimétricas entre raças, gêneros, culturas e classes sociais, as desigualdades existentes nas relações sociais e a construção de condições culturais e políticas para desenvolvimento da democracia e de autonomia individual e coletiva. Queremos afirmar, com isso, que em uma sociedade desigual e com uma formação histórica baseada na existência de raças e culturas superiores e inferiores, e em tempos de políticas (neo)liberais e de uma globalização econômica devastadora de povos, culturas e natureza, é urgente que a sociedade organizada em movimentos sociais aceite o desafio de visualizar relações não excludentes e caminhem no sentido que busque ampliar a esfera do público e da atuação política da cidadania. Trata-se de um projeto popular de democratização, que afirme o direito à vida e proponha políticas de universalização desse direito, de redefinição das instituições, de ampliação da participação política e, especificamente, de novos sentidos para a educação, a pedagogia e o currículo, colocando sempre no centro de suas preocupações os grupos sociais historicamente dominados, discriminados e desfavorecidos.

A questão racial, os movimentos negros e a cultura afro-brasileira são centrais nesse processo, pois entender o Brasil e produzir alternativas, requer o entendimento do papel do racismo na produção das desigualdades e a incorporação, em nossas práticas, das experiências históricas dos quilombos e das

dinâmicas que tornaram vigorosa a cultura brasileira, como o samba, a capoeira, a religiosidade, a ginga e as formas criativas de resistência. E, se o “quilombo” é a referência e a perspectiva é a igualdade e a autonomia, torna-se possível afirmar que a democracia não é, como querem nos fazer crer, a uma instituição pronta e imutável, baseada em direitos adquiridos, que deverá ser conquistada. A democracia é projeto e processo, e como tal só pode ser concebida como uma construção política permanente, como instituição autônoma da sociedade, como produção coletiva das condições objetivas e subjetivas de igualdade e autonomia. É a sociedade em movimentos a única capaz que produzir novas formas e novos sentidos. Os Cursos Pré-Vestibulares Populares, com todas as dificuldades e antinomias, são parte dessa dinâmica.

■ Alexandre do Nascimento é Doutorando em Educação na UFF. Professor do Programa de Extensão em Informática da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ. Professor e Integrante do Conselho Geral do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes - PVNC.